

À Corregedoria Geral do Ministério Público de
São Paulo

Eu, Ademir Luiz Amaral, portador do RG
32.822.793-6, CPF: 315.659.768-60, residente à
Rua José da Costa Brás, nº 15, Jardim Bom
Retiro, Sumaré – SP, CEP 13181-672, e-mail
ademir2009@outlook.com, telefone (19)
99121 9796.

Venho através deste formalizar reclamação
sobre o andamento dos protocolos feitos por
minha pessoa junto ao Senhor Dr. Promotor de
Justiça da Promotoria da infância e da
Juventude de Sumaré Denis Henrique Silva.

No dia 07/02/2018 protocolei junto a esta
promotoria uma representação em caráter de
urgência contra a Diretoria da Escola Estadual
Prof. Wanda Félix de Andrade sob o nº 206/18
referente à falta de condições da escola no
atendimento a minha filha Nicole Nilda dos
Santos Panzeri Amaral portadora de surdez
profunda bilateral, segue documento

protocolado anexo. A situação exposta em tal documento já havia sido registrada através de Boletim de ocorrência lavrado em 01/02/2018 também anexo.

Não tendo resposta quanto ao documento protocolado e o agravamento da situação que estava causando sérias dificuldades, inclusive psicológicas, a minha filha, fui novamente em 29/06/2018 na promotoria solicitar providências relativo ao caso protocolado, momento no qual fui informado pelo promotor que o protocolo nº 206/18 foi arquivado sem que tenham feito qualquer contato comigo. Diante do ocorrido e a falta de medidas para resolver a situação, visando providenciar o atendimento adequado a minha filha, o promotor fez um termo de informação ou declaração sob nº MP: 37.0450.0001066/2018-02 do qual também não obtive qualquer retorno ou resposta até o presente momento, também anexo. Nesta ocasião apresentei ao promotor um boletim escolar que informava

que minha filha tinha tido bom desempenho e sugeria leitura em voz alta para melhorar o desempenho, o que na prática demonstrou que não houve qualquer acompanhamento uma vez que é visível que a mesma ainda é analfabeta, situação esta que foi objeto de reportagem do programa BandCidade da afiliada da TV Bandeirantes em Campinas.

Link para a reportagem:

https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=1737769569670449&id=105425509571538

A situação era agravada pelo isolamento social por conta da dificuldade de comunicação com todos na escola, o que causou grande sentimento de rejeição. Indignado com toda esta situação propus ao promotor buscar uma solução indo a todas as faculdades da região que possuem professores doutores pesquisadores mestre em libras e a federação nacional do surdo para receber orientações sobre como proceder. O promotor sugeriu que

levasse uma equipe de profissionais especialistas até a promotoria.

Em 18/07/2018 conforme termo de depoimento de inquérito civil nº 43.0450.0000318/2018 que segue anexo, esteve presente nesta equipe composta pela Doutora Professora Lilian C. R. Nascimento da Unicamp, pela Me. Ingrid Julliane F. Sartóri Barbosa da PUC Campinas, pela Professora (surda) Cíntia Firmino Ferreira da escola Espaço Cultura Surda, pelo representante (surdo) Paulo Roberto Amaral Vieira da FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração do Surdo), eu Ademir Luiz Amaral e o promotor Denis Henrique da Silva, momento em que foram colocadas as possíveis soluções adequadas ao atendimento educacional de crianças portadora de surdez na cidade de Sumaré, sendo ofertada por parte desta equipe assistência para a implantação das medidas necessárias durante um ano voluntariamente sem incorrer em qualquer custo por parte

desta assistência. Foi marcada uma reunião na Secretaria Municipal de Educação com a participação da equipe já citada juntamente com o promotor para o dia 25/07/2018.

Fomos recebidos no dia 25/07/2018 pela secretária municipal de educação Sra. Mirella Cia Medeiros e seu Núcleo de Inclusão, nesta ocasião foram apresentadas as medidas necessárias e ofertada a assistência profissional, a secretaria se comprometeu a entrar em contato com os profissionais para aceitação ou não das medidas propostas.

Dia 30/07/2018 protocolei documento sob o nº 967919/2018 para a Diretoria Regional de Ensino solicitando um professor bilíngue (português/libras) para permitir o atendimento adequado, onde fui informado que não teria possibilidade de atendimento a esta demanda, mesmo sendo obrigatório por lei tal atendimento, em seguida retornei ao ministério público preocupado com o reinício das aulas em 01 de agosto, informando ao

promotor sobre o documento protocolado e externando a minha preocupação diante da aparente ineficiência no atendimento que estava causando graves danos psicológicos advindos da situação enfrentada no primeiro semestre. O promotor informou que levaria no mínimo dois anos para ter uma posição do caso, sugerindo que não ficasse recorrendo sempre a promotoria pedindo que aguardasse os procedimentos próprios do ministério público.

No dia 01 de agosto levei a Nicole até a escola e constatei pessoalmente que ainda não estava disponível o professor bilíngue fui informado pela diretora que não, sendo assim fui novamente ao distrito policial lavrando um novo Boletim de Ocorrência.

Dia 02 de agosto pela manhã fui ao ministério público protocolando novo documento sob nº 1434/18 referente à situação encontrada que continua não oferecendo as condições adequadas para o atendimento.

Em 13/08/2018 descobri que a secretaria municipal de educação não aceitou a equipe voluntária de profissionais. Enviei ao promotor um e-mail indignado com a situação e solicitando providências, foi aberto um protocolo com o nº1489/18.

Ao ter acesso a maiores informações através da busca já exposta anteriormente foi possível perceber que a profissional disponibilizada pela escola no primeiro semestre, da qual já tinha suspeitado da falta de capacidade na interpretação da LIBRAS, descobri que a mesma frequentava um curso básico, o que por si só já coloca sob suspeita a fluência desta na língua, diante da situação enviei e-mail a promotoria informando a descoberta e neste relatando orientação do diretor geral da FENEIS, Neivaldo, para a solicitação de banca para a avaliação de intérpretes para garantir que os profissionais que atuam para as Secretarias de Educação do Estado e Município. Este e-mail gerou o protocolo nº

1544/18 junto a Promotoria da Vara de Infância e Juventude.

No início de setembro passei na promotoria para saber do andamento das solicitações e fui orientado a procurar novamente a OAB, fui a OAB da cidade de Sumaré a qual nomeou um advogado que deu início a ação judicial, onde este advogado solicitou que apresentasse todo este histórico para isto foi necessário que eu solicitasse junto a promotoria a posição em relação aos protocolos, onde a secretária do Doutor Promotor demonstrou nervosismo quando questionado sobre o andamento dos protocolos e agendou uma data para retirada deste andamento. Ao comparecer na data marcada ainda não tinha informação sobre o andamento, o que motivou remarcação para uma nova data, remarcando por mais cinco vezes para obter a informação solicitada, no dia 15 de outubro esta mesma secretária solicitou que assinasse um documento com data anterior (27/03/2018) o que me neguei a

fazer. Entrei em contato com a corregedoria pedindo informações de como acionar a corregedoria para avaliar o caso que no meu entendimento foi falho com relação ao atendimento dos diversos protocolos. O atendente da corregedoria solicitou que fosse informados os números de protocolo para que o mesmo conferisse no sistema e informou que nenhum dos protocolos constavam no sistema então solicitei via protocolo no dia 22/10/2018 sob o nº 1909/18 que o Doutor promotor apresentasse o andamento dos protocolos anteriores, até a presente data em todos os contatos com a promotoria não obtive retorno, sempre recebendo a informação de que iriam fazer o levantamento, mas nunca recebi resposta alguma sobre o andamento.

Segue abaixo inúmeras reportagens relatando o caso:

<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/jornal-da-eptv/videos/t/edicoes/v/falta->

[de-interprete-de-libras-obriga-estudante-surda-a-deixar-sala-de-aula-em-sumare/6470238/?fbclid=IwAR0nluyxwXg6bklzY-nLd2t2YeSVklqdq7TrUzwEpwxsZfVdtTVo4M8lZkc](#)

https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=1737769569670449&id=105425509571538

https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=2004522676226498&id=100000063548281

http://correio.rac.com.br/mobile/materia_historico.php?id=601395

<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/jornal-da-eptv/videos/t/edicoes/v/falta-de-interprete-de-libras-obriga-estudante-surda-a-deixar-sala-de-aula-em-sumare/6470238/?fbclid=IwAR0nluyxwXg6bklzY-nLd2t2YeSVklqdq7TrUzwEpwxsZfVdtTVo4M8lZkc>

<https://www.facebook.com/105425509571538/posts/1958359980944739/>

Enquanto aguardava resposta fui novamente cobrar o andamento do protocolo nº 1909/18 fui informado pela secretária que teria que comparecer dois dias após esta data por conta do promotor estar ausente naquele momento. Após dois dias voltei a promotoria solicitei na recepção para falar com a secretária do promotor, a mesma pediu para aguardar a chegada do promotor porque o mesmo estava naquele momento no fórum e nenhum documento havia sido deixado por ele sobre o assunto, 20 minutos depois chega o promotor, a secretária pede para aguardar que o promotor queria falar comigo. Informei a ela que não precisava de reunião com o promotor, apenas a resposta ao protocolo para que pudesse dar continuidade nos procedimentos

em outras instâncias. Após alguns minutos o promotor desce com a secretária e mais uma mulher, me chamando num canto próximo ao elevador perguntando porque eu não subi na sala dele, respondi que não queria mais reunião porque o ano todo eu fiz reunião, registrei vários protocolos e fiquei na expectativa de que tudo ia ser encaminhado, mas até aquele então não tive nenhuma resposta, não recebi nenhum contato por parte da promotoria por este motivo não queria me reunir mais com o promotor, neste momento ele me pergunta se queria sair de lá algemado porque ele poderia me dar voz de prisão por desacato por importunar a promotoria, disse a ele que só estava solicitando o andamento do protocolo, recebendo como resposta que haviam marcado inúmeras vezes para ir até lá e que eu não havia comparecido. Respondi a ele que isto era uma inverdade o que estava afirmando, pois compareci todas as vezes e que fui várias vezes até a promotoria para

saber desta situação nunca tendo recebido qualquer resposta ou documento. Neste momento ele fecha uma pasta que estava em mão e diz que não vai mais perder tempo comigo e se quero alguma resposta ou saber dos protocolos só teria qualquer resposta dentro da sala dele, virou as costas e foi para a sala dele. Diante desta negativa fui embora da promotoria, pois entendo que não cabe a ele exigir uma reunião para responder um protocolo que solicita esclarecimentos.